



CIÊNCIA DA LEITURA: LITERATURA INFANTIL COMO FACILITADORA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Elder Cardoso Fernandes Silva – PPGE/UCP-RJ¹

RESUMO: A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ambiente escolar é um assunto amplamente debatido. Não obstante, metodologias educacionais que coloquem ações inclusivas em prática são, ainda, alvo de diversos apontamentos que evidenciam a complexidade de o professor efetivar um trabalho que envolva o processo de ensino e aprendizagem capaz de atingir positiva e efetivamente o educando que possui necessidades especiais. Nesse cenário, amparado nos pressupostos de Coelho (1991; 2000); Omote (2006); Zilberman e Silva (1990); Abramovich (1997); Silva e Aranha (2005); Camargo e Bosa (2009); Borba (2000); Silva e Fachin (2002), dentre outros, este artigo busca realizar uma reflexão acerca do papel da Literatura Infantil como uma ferramenta didática capaz de auxiliar os educadores que atuam na Educação Especial, compreendendo as diversas particularidades dos alunos como um fator que enriquece o aprendizado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Literatura Infantil.

Introdução

A Literatura Infantil é capaz de despertar no novo leitor o gosto pela leitura, fazendo com que a criança adentre um mundo de fantasias e imaginação. Todavia, apesar do caráter fantasioso, os livros produzidos para o público infante são capazes de problematizar temáticas importantes que constituem cenários sociais.

Nessa conjuntura, o presente estudo, sustentado pelos pressupostos de Coelho (1991; 2000); Omote (2006); Zilberman e Silva (1990); Abramovich (1997); Silva e Aranha (2005); Camargo e Bosa (2009); Borba (2000); Silva e Fachin (2002), entre outros, visa à compreensão acerca da importância da presença da Literatura Infantil no cenário da Educação Especial, evidenciando que obras pertencentes a esse conjunto

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis/RJ. Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis, experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Pública e formação de docentes. E-mail: eldercardoso@msn.com



podem servir como uma ferramenta significativa no ensino direcionado a alunos com necessidades especiais.

Para cumprir o objetivo delineado, este artigo apresenta, inicialmente, um breve histórico da Literatura Infantil, mostrando suas modificações ocorridas no passar do tempo; na sequência, a função da literatura como elemento capaz de interferir na formação do aluno é exposta. Em um próximo momento, a ótica do trabalho centra-se exclusivamente na questão da Educação Especial e em como as obras literárias infantis atuam em sala de aula no mencionado contexto de ensino e aprendizagem.

1 A Literatura Infantil e a formação da criança

A Literatura Infantil possui a capacidade de agir sobre a mente do pequeno leitor, oportunizando a ele a ampliação, a transformação e o enriquecimento de experiências. Nesse cenário, é extremamente importante considerar o estágio de desenvolvimento no qual a criança se encontra, dado que isso interfere, inclusive, no tipo do livro lido: conforme o leitor passa pelo processo de evolução na leitura, as ilustrações dos livros são reduzidas e o texto ganha espaço, bem como ocorre a diminuição do tamanho da fonte em uso.

As fases evolutivas da inteligência são iguais para todos os indivíduos; todavia, as idades correspondentes a cada uma podem diferir de acordo com as particularidades da criança e do meio no qual ela está inserida. Coelho (2000) explica que as mencionadas fases são classificadas em:

Pré-leitor: período que abrange a primeira e a segunda infância (do nascimento até, aproximadamente, os seis anos); os livros devem conter gravuras de seus brinquedos, nomeados pelos adultos, além de apresentar situações que os relacionem à criança. Durante a segunda infância, a literatura precisa ofertar vivências norteadas pelo cotidiano familiar ao leitor iniciante, a partir dos seis/sete anos; a literatura deve construir situações simples, lineares e personagens reais ou simbólicas.

Leitor em processo: corresponde à faixa etária de oito/nove anos; as narrativas precisam conter uma situação central, com problema, conflito e um fato definido a ser resolvido.



Leitor fluente: a partir dos dez/onze anos; aqui, ocorre o surgimento de personagens principais, tais como os heróis, sobretudo humanos, participantes de lutas por ideais humanitários e justos; características como idealismo, emotividade e desafios à inteligência são fatores básicos.

Leitor crítico: a partir dos doze/treze anos; é a fase na qual ocorre o completo domínio da leitura, bem como o da linguagem escrita, e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico.

Cada estágio de desenvolvimento do sujeito relaciona-se com determinada certa faixa etária, por conseguinte, a escolha do livro a ser trabalhado com a criança deve decorrer de um ato atento e responsável, pois precisa resultar em uma ação de aprendizagem. Desse modo, a inclusão do leitor em determinada categoria depende não somente de sua faixa etária, mas também da inter-relação entre sua idade cronológica e nível de maturidade (COELHO, 2000).

Coelho (2000) assegura que visando o contato harmonioso e efetivo entre o leitor infantil e a obra literária, a importância dela não pode estar centrada apenas em ser uma ferramenta útil no processo de alfabetização, ensinando o aluno a ler corretamente, mas sim em servir como meio pelo qual o leitor aprenderá a interpretar e compreender o que lê.

A literatura, respeitando as fases do desenvolvimento das crianças, e também possibilitando o prazer literário acompanhado da leitura efetivamente crítica e reflexiva, proporciona ao leitor o desenvolvimento das habilidades de escrita, auxiliando fortalecendo sua criatividade, visto que o ato de ler e o ato de escrever estão ligados. Desse modo, Coelho (2000, p. 27) afirma que

a literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização (COELHO, 2000, p.27).

No que tange à Literatura Infantil utilizada como ferramenta didática, o educador pode usá-la na busca por um trabalho que amplie os conhecimentos das crianças, desenvolvendo-lhes o senso crítico e o hábito da leitura literária como fruição. De acordo com Zilberman e Silva (1990), a literatura é “palavra em liberdade, de infinitos



“caminhos e direções, puxando o interlucutor para a prática da participação e do prazer”
(ZILBERMAN; SILVA 1990, p. 21).

2 Literatura Infantil e educação inclusiva: o livro literário como intermédio para a inclusão

Enquanto educadores, devemos refletir sobre práticas inclusivas na Educação Especial que respeitem as especificidades de cada aluno, sendo ele, portanto, compreendido como sujeito único. Desse modo, o estudante não estará apenas inserido no contexto escolar, mas sim incluído em interações indispensáveis para que um ensino de qualidade ocorra.

A inclusão escolar, ofertada a alunos com necessidades especiais, é uma forma de luta pela defesa da igualdade de direitos. Nesse cenário, a escola e os profissionais que a constituem precisam estar organizados e preparados, ofertando aos estudantes práticas verdadeiramente inclusivas. Omote (2006) corrobora que os anseios pela inclusão estão presentes na história da humanidade há bastante tempo; todavia, a partir da década de 90 a proposta e a defesa da inclusão escolar ganharam maior visibilidade, ocupando o espaço de pautas obrigatórias em discussões.

Diante dessa perspectiva, as diferenças características dos alunos deixam de ser entendidas como uma dificuldade a ser enfrentada pelo educador, passando a ser vistas como um incentivo para o planejamento do professor que vê na educação inclusiva uma possível alternativa para que haja uma melhor adequação de recursos. Omote (2006) explica que “o professor precisa aprender a lidar com essa diversidade mediante o uso criativo de diferentes estratégias de ensino para a consecução dos mesmos objetivos com todos os alunos” (OMOTE, 2006, p. 258).

Salientando a relevância de ampliar o hábito da leitura prazerosa da Literatura Infantil e, conseqüentemente, aprendizagens derivadas desse ato, o trabalho pedagógico com as obras literárias pode ser conduzido por esse viés, buscando fazer com que o aluno compreenda que, desde seu nascimento, ele está vivenciando sua história, passando por emoções e carregando sentimentos; descobrindo, paulatinamente, a importância de sua existência, atribuindo-lhe significados. Nessa conjuntura, Abramovich (1997) esclarece que:

Querer saber de todo o processo que acontece, do nascimento até a



morte, faz parte da curiosidade natural da criança, pois se trata da vida em geral e da sua própria em particular... saber sobre seu corpo, sua sexualidade, seus problemas de crescimento, sua relação (fácil ou dificultosa) com os outros faz parte do seu perguntar sobre si mesma e do precisar encontrar respostas... Querer discutir relações familiares fáceis, difíceis, conflituadas, dispersivas, gregárias, simpaticonas, etc., e até a nova estruturação das famílias – nestas décadas onde há tantos casamentos desfeitos e refeitos – faz parte do repertório indagativo e questionador de toda pessoa (ABRAMOVICH, 1997, p.98).

A necessidade da existência de práticas docentes consistentes que possibilitem a conscientização e a reflexão do professor é inerente ao contexto de ensino. O papel do educador deve ser desenvolvido a partir de atitudes que oportunizem, de fato, a inclusão do aluno com necessidades especiais, na “construção de uma sala de aula melhor, na qual alunos e professores sintam-se motivados a aprender juntos e respeitados nas suas individualidades” (SILVA; ARANHA, 2005, p. 378).

Ressaltamos aqui a importância da interação social no processo de inclusão escolar, inclusive para que haja o compartilhamento de regras em vigor no contexto social, que é coletivo. O professor, enquanto figura que faz a mediação do conhecimento, precisa planejar, da melhor maneira, essa interação, de modo que os alunos passem por situações efetivas de convivência, conhecendo seu entorno, assim como as de exploração do autoconhecimento. Camargo e Bosa (2009) asseguram que as crianças devem vivenciar interações com as pessoas de maior poder social (pais, professores); e com companheiros da mesma idade. Essas interações são importantes para o desenvolvimento da competência social, que reflete múltiplas facetas do funcionamento cognitivo, emocional e comportamental.

As obras de Literatura Infantil, ao problematizarem temáticas relacionadas às interações, auxiliam no processo de apreensão. A partir da leitura literária, os alunos da Educação Especial podem se reconhecer nas narrativas, enxergando, também, características semelhantes àquelas vivenciadas por eles.

Fazer uso de livros que abordem a questão das diferenças é uma ferramenta extremamente profícua, capaz de criar possibilidades no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a literatura é linguagem, ou seja, língua em uso; e a língua, por sua vez, necessita do outro, da interlocução, do contato entre as pessoas com suas particularidades e diferenças (COSTA, 2005).



Costa (2005), explica que a proposta de educação inclusiva tem sua origem na Conferência Mundial de Educação para Todos, promovida pela UNESCO, em 1990, ocorrida na Tailândia. Por meio de um Plano de Ação, foi estabelecida uma orientação político-filosófica relativa às propostas educacionais dirigidas aos alunos com necessidades educacionais especiais que contemplem questões básicas de aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/MEC, as dificuldades de aprendizagem absorvem uma diversidade de necessidades educacionais especiais, e atuar na direção de uma educação efetivamente inclusiva significa adotar mudanças profundas no cotidiano escolar, nas condições de trabalho do professor, permitindo-lhe refletir sobre sua prática.

O artigo primeiro da Conferência resultante no Plano de Ação afirma que a leitura é um dos instrumentos essenciais para a aprendizagem no sistema de educação inclusiva, acompanhando o desenvolvimento de compreensões sobre habilidades, valores e atitudes como conteúdos básicos.

Nesse cenário, consideramos que a prática da leitura em sala de aula pode acarretar inúmeros benefícios para o desenvolvimento dos alunos. O trabalho com obras que, inclusive, apresentem personagens portadores de necessidades especiais, tais como os alunos, pode servir para estimular o reconhecimento dos educandos, enxergando representatividade e representação nas histórias lidas, contadas e escutadas.

Pode-se observar que a leitura possui diversos aspectos relevantes, dentre eles, Borba (2000, p. 83) a destaca como leitura “um processo sensorial, um processo perceptual, uma resposta aprendida, uma tarefa de desenvolvimento, um interesse emotivo, um processo de aprendizagem, um processo de linguagem e um processo de integração”.

As atividades de leitura para portadores de necessidades especiais são importantes, pois contribuem como auxiliar em algumas dificuldades de aprendizagem. Silva e Fachin (2002) afirmam que a leitura para alunos portadores de deficiência com necessidades especiais favorece aos alunos um maior desenvolvimento crítico e intelecto, bem como estimula o seu imaginário, permitindo que algumas barreiras e conceitos sobre a pessoa portadora de deficiência com necessidades especiais sejam quebradas.

A leitura direcionada a portadores de necessidades especiais precisa ser estimulada de forma diferenciadora, tendo em mente as já mencionadas particularidades



do sujeito aluno. O professor precisa, a partir de suas metodologias, buscar o desenvolvimento do aprendiz, observando seu perfil e suas potencialidades, aplicando procedimentos adequados para uma maior estimulação em busca de uma aprendizagem eficiente.

Considerações finais

A inclusão de alunos com necessidades especiais é um assunto amplamente discutido; porém, ações efetivamente inclusivas encontram barreiras impostas pelo próprio sistema educacional, exemplos disso são a falta de estrutura das instituições de ensino e de formação continuada que possibilite aos educadores uma melhor compreensão de fatores e técnicas capazes de melhorar e fixar práticas inclusivas.

Dentro desse contexto defasado, o trabalho com a leitura literária em sala de aula apresenta-se como uma possibilidade capaz de ofertar ao aprendiz situações nas quais suas necessidades especiais são reconhecidas como características próprias dos seus portadores, não capazes de impedir o desenvolvimento de habilidades e competências.

Pôde-se concluir, a partir da pesquisa bibliográfica realizada para a produção deste artigo, que a leitura literária no contexto escolar, amparada em teorias que sustentam essa prática, é considerada eficiente na tarefa de inserir no ambiente educativo a representação dos sujeitos portadores de necessidades especiais, dando origem a ações que visam uma maior aceitação do aluno da Educação Especial que, vendo-se representado obras literárias, passa não somente pelo processo de amadurecimento e humanização que ocorre em outras práticas de leitura literária, mas também pelo movimento de sentir-se reconhecido e inserido em uma sociedade que, indo na contra mão da evolução, ainda perpetua diversas formas de exclusão.



Referências bibliográficas

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 2006.

BIROU, Alain. **Dicionário das ciências sociais**. 5ª Ed. Publicações Dom Quixote, 1982.

BORBA, Mátria do Socorro de Azevedo. Adolescência e leitura: a contribuição da escola e da biblioteca escolar. In. AMARILHA, Marly (Org.). **Educação e leitura**. Natal: Editora da UFRN, 2000. p. 79-116.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais de educação especial na educação básica (Parecer CNE/2 de 11/09/2001)**. Brasília, 2002.

CAMARGO, Sígla Pimentel Hoher; BOSA, Cleonice Alves. Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: **Revisão Crítica da Literatura, Psicologia & Sociedade**; v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: Estudos de teoria e história literária**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

CARVALHO, Barbosa Vasconcelos de. **A Literatura Infantil – Visão Histórica e Crítica**. 2. ed. São Paulo: Edart, 1983.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: Teoria – Análise - Didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

_____. **Panorama Histórico da Literatura Infantil – Visão Histórica e Crítica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Marta Moraes da. **Literatura Infantil**. Curitiba: IESD, 2005.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura Infantil – Teoria e Prática**. 18ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira – História e Histórias**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2010.

OMETE, Sadao. Inclusão e a questão das diferenças na educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v.24, n. especial, p. 251-272, jul/dez, 2006.

SANDRONI, Laura. **De Lobato a Bojunga: as renações renovadas**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

SILVA, Maria Emília da; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Leitura para portadores de deficiência com necessidades especiais: relato de uma experiência. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 7, n. ½, p. 148-156, 2002.



SILVA, Simone Cerqueira; ARANHA, Maria Salete Fábio. Interação entre Professora e Alunos em Sala de Aula com Proposta Pedagógica de Educação Inclusiva. **Revista Brasileira Especial**, Marília, v. 11, n. 3, p. 373-394, set/dez, 2005.

ZILBERMAN, Regina; MAGALHÃES, Lígia Cademartori. **Literatura Infantil: Autoritarismo e Emancipação**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ZILBERMAN, Regina. SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Literatura e pedagogia: Ponto e Contraponto**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.